

27/02/2014

PLENÁRIO

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.417 AMAPÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO AMAPÁ - AMAAP
ADV.(A/S)	: ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
AGDO.(A/S)	: CONSELHEIRO RELATOR DO PCA Nº 438 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

EMENTA

Agravo regimental em mandado de segurança. Conselho Nacional de Justiça. Alegada nulidade de acórdão em que se defere liminar sem audiência prévia dos interessados. Decadência da impetração configurada. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

1. A notificação dos magistrados vinculados ao e. TJAP deu-se em respeito às garantias do contraditório e da ampla defesa, “para prevenir eventual argüição de nulidade” quando do **julgamento de mérito** da questão.

2. O objeto do **mandamus** é o acórdão em que o Plenário do c. CNJ referendou a medida liminar deferida pelo relator a fim de suspender o pagamento do auxílio-moradia.

3. As garantias do contraditório e da ampla defesa não são absolutas quando considerado o caráter de urgência do pedido liminar, podendo o relator despachar a medida antes da oitiva das partes interessadas.

4. O exercício do direito de ação no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado, é condição para o desenvolvimento válido e regular do mandado de segurança, sem o qual o autor é carecedor do direito de ação, acarretando a extinção do processo.

5. Agravo regimental ao qual se nega provimento.

MS 28417 AGR / AP

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, em sessão plenária, sob a presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos e nos termos do voto do Relator, em negar provimento ao agravo regimental.

Brasília, 27 de fevereiro de 2014.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

27/02/2014

PLENÁRIO

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.417 AMAPÁ

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO AMAPÁ - AMAAP
ADV.(A/S)	: ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)
AGDO.(A/S)	: PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
AGDO.(A/S)	: CONSELHEIRO RELATOR DO PCA Nº 438 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA
PROC.(A/S)(ES)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Cuida-se de agravo regimental interposto pela ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO AMAPÁ (AMAAP) em face do PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA E DO CONSELHEIRO RELATOR DO PCA Nº 438 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, com o intento de submeter ao crivo do colegiado do Supremo Tribunal Federal decisão monocrática na qual neguei seguimento à espécie, nos seguintes termos:

“O mandado de segurança não merece seguimento, pois ultrapassado o prazo de 120 (cento e vinte) dias a que se refere o art. 23 da Lei nº 12.016/2009.

Explico: depois de toda a extensa narrativa fática, percebe-se facilmente que a verdadeira intenção da impetrante é atacar os atos decisórios do Conselho Nacional de Justiça que implicaram a suspensão do pagamento do auxílio-moradia aos magistrados do Estado do Amapá. Quais esses atos? O acórdão do Plenário, datado de 31/1/07, e as decisões do Ministro **Gilmar Mendes**, de 4/2/09 e 15/4/09.

O presente **mandamus** somente foi impetrado em 6/11/09, quando já consumada a decadência.

Quanto às decisões do Presidente do c. CNJ, a impetrante

MS 28417 AGR / AP

invoca, como termo **a quo** para a contagem do prazo decadencial, a data de 9/9/09, quando o Ministro **Gilmar Mendes** não conheceu do pedido de reconsideração.

Entretanto, a jurisprudência desta Suprema Corte é pacífica no sentido de que **o pedido de reconsideração não interrompe o prazo decadencial para impetração do mandado de segurança**. Assim dispõe a Súmula STF nº 430, **in verbis**:

‘Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.’

Com efeito, proferida a decisão de suspender o pagamento do auxílio-moradia, em 15/4/09, e não havendo previsão de recurso administrativo com efeito suspensivo (caso contrário, nem seria o caso de mandado de segurança – inciso I do artigo 5º da Lei nº 12.016/2009), iniciou-se a contagem do prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias para impetrar o **writ**. Nesse sentido, **vide** os seguintes arestos desta Suprema Corte:

(...)

Quanto à alegada omissão do Conselheiro Relator do PCA nº 438, compulsando os autos, identifiquei que foi determinada a intimação pessoal de todos os desembargadores e juízes do Estado do Amapá, sem que houvesse o reconhecimento de qualquer nulidade do processo administrativo.

A notificação dos magistrados vinculados ao e. TJAP deu-se em respeito às garantias do contraditório e da ampla defesa, ‘para prevenir eventual argüição de nulidade’ quando do **julgamento de mérito** da questão.

As garantias do contraditório e da ampla defesa, entretanto, não são absolutas quando considerado o caráter de urgência do pedido liminar, **podendo o relator despachar a medida antes da oitiva das partes interessadas, como no caso concreto**.

Em outras palavras, não há obrigatoriedade de se declarar a nulidade da decisão cautelar proferida antes da notificação

MS 28417 AGR / AP

dos interessados, razão pela qual não se verifica qualquer ilegalidade no ato do Conselheiro Relator, o qual proferiu despacho ordinatório a fim de determinar a expedição de ofício aos magistrados do Estado do Amapá para cientificá-los da tramitação do PCA nº 438.

Insisto, portanto, que o objeto do presente **mandamus** é o acórdão do Plenário do c. CNJ, de 31/1/07, mediante o qual se referendou a medida liminar deferida pelo relator a fim de suspender o pagamento do auxílio-moradia.

Na própria peça vestibular, a impetrante narra que, 'em agosto de 2007, (...) requereu seu ingresso nos autos do PCA n. 438'. É inconteste a participação da impetrante nos autos do processo administrativo e sua ciência da tramitação do PCA nº 438.

A data do ingresso da AMAAP no processo administrativo (em agosto de 2007), deve ser considerada como termo **a quo** da contagem do prazo para a impetração do **writ** (ocorrida em 6/11/09), tendo decorrido mais de 3 (três) anos desde a ciência inequívoca do ato impugnado.

Ainda que se considere para início da contagem do prazo a data em que o então Presidente do c. CNJ, Ministro **Gilmar Mendes**, determinou que fosse cumprida a decisão cautelar proferida no PCA nº 438 (em 2/1/09, e ratificada em 4/2/09 e 15/4/09) - a despeito da deliberação procedida em ação cominatória -, é certo que, em 6/11/09, já havia transcorrido o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias para impetrar o **mandamus**.

Em reforço à afirmação de que o ato impugnado neste **mandamus** consiste na determinação cautelar de suspensão do pagamento do benefício, destaco que a autora, na peça vestibular, invoca o 'o direito líquido e certo dos magistrados do Estado do Amapá de receber o auxílio-moradia', tendo requerido a nulidade de todos os atos do PCA nº 438, com exceção, exatamente, da 'deliberação contida no ato comissivo de determinar a realização da notificação pessoal dos magistrados'.

MS 28417 AGR / AP

Nesse sentido também se manifestou a douta Procuradoria-Geral da República, **in verbis**:

‘Da extensa narrativa da inicial ressaí que, a pretexto de impugnar atos do Presidente do Conselho e do Relator do PCA 438, o que pretende a impetrante é, em verdade, anular a decisão de caráter cautelar do plenário do Conselho Nacional de Justiça, *de janeiro de 2007*, que suspendeu o pagamento do auxílio-moradia aos magistrados do Estado do Amapá, já alcançada pela decadência.

(...)

Bem se vê, em primeiro, que, se vício houve quanto à ausência de intimação dos magistrados interessados – e a impetrante aponta o prejuízo decorrente especificamente da impossibilidade de exercício de defesa *em momento anterior à prolação da decisão cautelar* –, este se deu já quando da prolação da referida decisão, e não dois anos depois, quando reconhecida a necessidade de intimação pessoal dos magistrados.

Ainda que assim não fosse, observa-se que o ato do Relator que efetivamente ordenou fossem os magistrados intimados pessoalmente data de 8 de junho de 2009 (fl. 368), momento a partir do qual poder-se-ia cogitar da alegada omissão em declarar a nulidade da decisão que suspendeu o benefício. O *writ* foi impetrado em 6 de novembro de 2009, quando já ultrapassado, portanto, também sob esse ângulo, o prazo decadencial de 120 dias.

De todo modo, a exigência de observância do contraditório não parece alcançar, como pretende a impetrante, os provimentos de caráter cautelar. É da natureza de tal espécie de decisão o adiamento do contraditório – por ser com ele incompatível, a depender das peculiaridades e urgência do caso – seja nos processos judiciais, seja nos administrativos. A intimação para conhecimento do processo, mesmo após a suspensão

MS 28417 AGR / AP

liminar do pagamento da verba, supre qualquer alegação de prejuízo à ampla defesa e ao contraditório.

A documentação acostada aos autos demonstra – e o registra o eminente Ministro Relator na decisão de fls. 420/432 – que já em fevereiro de 2007 o Tribunal de Justiça do Estado do Amapá ordenou fossem cientificados e intimados ‘os magistrados abrangidos pela decisão do CNJ no *Procedimento de Controle Administrativo nº 438*’ (fl. 317).

Há nos autos, além disso, ofício do Conselho Nacional de Justiça dirigido à Associação dos Magistrados Brasileiros, de 16 de fevereiro de 2007, dando notícia da decisão cautelar proferida no PCA 438 (fl. 142), além de peças de defesa apresentadas tanto pela AMB quanto pela associação impetrante (fls. 172/188, 343/363, 364/367), representante dos magistrados do Estado do Amapá, o que confirma haver sido garantido o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa. Também o Tribunal de Justiça do Estado atuou, nas ocasiões em que se manifestou (fls. 283/286), em defesa do direito dos magistrados.’

Ante o exposto, **nego seguimento** ao mandado de segurança. Custas pela impetrante, não havendo que se falar em condenação em honorários de advogado, nos termos da Súmula nº 512 desta Corte” (fls. 498/502).

A agravante alega que o objeto do presente mandado de segurança consiste em “ATO OMISSIVO do CNJ – ausência de intimação pessoal dos juízes alcançados pela decisão – que implica a NULIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO” (fl. 504), tendo a omissão sido admitida pelo próprio CNJ, sem reconhecer, entretanto, a nulidade dos atos anteriores à intimação dos interessados.

Desse modo,

“O ato administrativo nulo possui vício insanável e seu defeito não pode ser convalidado, motivo pelo qual, ainda que

MS 28417 AGR / AP

venha a ser concretizada a decisão do Conselheiro Relator, subsistirá o vício da cautelar deferida sem audiência prévia dos interessados.” (fl. 507)

Em razão do exposto, defende a agravante que a suspensão do recebimento do auxílio-moradia somente pode ser deferida depois da intimação dos interessados, garantindo-se o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.

Argumenta, ainda, que o simples pedido de ingresso da AMAAP como interessada nos autos do procedimento de controle administrativo não supre a necessidade da intimação de todos os magistrados atingidos pela situação.

Por fim, requer a reconsideração da decisão ou a remessa do processo ao Colegiado competente, para fins de provimento.

É o relatório.

27/02/2014

PLENÁRIO

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.417 AMAPÁ

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

A recorrente, em sua minuta, defende a não incidência do prazo decadencial para a impetração do **mandamus**, tendo em vista que o objeto da impetração seria ato omissivo do Relator do PCA nº 438, que, ao admitir a necessidade da intimação de todos os magistrados interessados, deixou de reconhecer a nulidade dos atos anteriores.

A presente irresignação, contudo, não merece prosperar, uma vez que a decisão agravada se encontra em consonância com o pacífico consenso desta Suprema Corte a respeito do tema, conforme amplamente demonstrado pelo Juízo singular. Reitero, assim, o entendimento antes manifesto, no sentido de ter-se operado, **in casu**, o prazo decadencial que obsta o seguimento da impetração.

Afasto os argumentos defendidos pela agravante, na medida em que, **representando interesses dos magistrados, requereu ingresso no procedimento de controle administrativo em agosto de 2007, começando a fluir, a partir dessa data, o prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias para impugnar qualquer decisão anterior ao seu ingresso.**

Verifica-se, entretanto, que o **mandamus** foi impetrado apenas em 6/11/09, mais de 2 (dois) anos após a ciência efetiva do PCA.

A partir da leitura atenta dos autos, entendo que a decisão que realmente quer-se ver anulada é a que deferiu a liminar suspendendo o recebimento da vantagem referente ao auxílio-moradia, referendada por acórdão do Plenário do c. CNJ em 31/1/07.

Consigno, ademais, que a decisão que defere liminar pode ser exarada sem a necessidade de intimação das partes interessadas. Portanto, incabível a alegação de nulidade do acórdão. Reafirmo, nesse ponto, os argumentos esposados no juízo monocrático:

“Quanto à alegada omissão do Conselheiro Relator do PCA nº 438, compulsando os autos, identifico que foi

MS 28417 AGR / AP

determinada a intimação pessoal de todos os desembargadores e juízes do Estado do Amapá, sem que houvesse o reconhecimento de qualquer nulidade do processo administrativo.

A notificação dos magistrados vinculados ao e. TJAP deu-se em respeito às garantias do contraditório e da ampla defesa, “para prevenir eventual argüição de nulidade” quando do **julgamento de mérito** da questão.

As garantias do contraditório e da ampla defesa, entretanto, não são absolutas quando considerado o caráter de urgência do pedido liminar, **podendo o relator despachar a medida antes da oitiva das partes interessadas, como no caso concreto.**

Em outras palavras, não há obrigatoriedade de se declarar a nulidade da decisão cautelar proferida antes da notificação dos interessados, razão pela qual não se verifica qualquer ilegalidade no ato do Conselheiro Relator, o qual proferiu despacho ordinatório a fim de determinar a expedição de ofício aos magistrados do Estado do Amapá para **cientificá-los da tramitação do PCA nº 438.**

Insisto, portanto, que o objeto do presente **mandamus** é o acórdão do Plenário do c. CNJ, de 31/1/07, mediante o qual se referendou a medida liminar deferida pelo relator a fim de suspender o pagamento do auxílio-moradia.

Na própria peça vestibular, a impetrante narra que, “em agosto de 2007, (...) requereu seu ingresso nos autos do PCA n. 438”. É inconteste a participação da impetrante nos autos do processo administrativo e sua ciência da tramitação do PCA nº 438.

A data do ingresso da AMAAP no processo administrativo (em agosto de 2007), deve ser considerada como termo **a quo** da contagem do prazo para a impetração do **writ** (ocorrida em 6/11/09), tendo decorrido mais de 3 (três) anos desde a ciência inequívoca do ato impugnado” (fls. 499/500 – grifei).

Nessa conformidade, foi ultrapassado o prazo decadencial de 120

MS 28417 AGR / AP

(cento e vinte) dias entre a data da ciência do ato a ser impugnado, em agosto de 2007, e a data em que o **mandamus** foi protocolizado nesta Corte, em 6/11/09.

Mais uma vez, repiso os fundamentos da decisão agravada:

“O presente **mandamus** somente foi impetrado em 6/11/09, quando já consumada a decadência.

Quanto às decisões do Presidente do c. CNJ, a impetrante invoca, como termo **a quo** para a contagem do prazo decadencial, a data de 9/9/09, quando o Ministro **Gilmar Mendes** não conheceu do pedido de reconsideração.

Entretanto, a jurisprudência desta Suprema Corte é pacífica no sentido de que **o pedido de reconsideração não interrompe o prazo decadencial para impetração do mandado de segurança**. Assim dispõe a Súmula STF nº 430, **in verbis**:

‘Pedido de reconsideração na via administrativa não interrompe o prazo para o mandado de segurança.’

Com efeito, proferida a decisão de suspender o pagamento do auxílio-moradia, em 15/4/09, e não havendo previsão de recurso administrativo com efeito suspensivo (caso contrário, nem seria o caso de mandado de segurança – inciso I do artigo 5º da Lei nº 12.016/2009), iniciou-se a contagem do prazo decadencial de 120 (cento e vinte) dias para impetrar o **writ**. Nesse sentido, **vide** os seguintes arestos desta Suprema Corte:

‘DECADÊNCIA – MANDADO DE SEGURANÇA. O mandado de segurança há de ser impetrado no prazo assinado em lei, não o reabrindo pedido de reconsideração formalizado anos após o ato atacado ter vindo à balha’ (RMS nº 30.990/DF, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, Primeira Turma, DJe de 5/6/12)

‘EMENTA: CONSTITUCIONAL. MANDADO DE

MS 28417 AGR / AP

SEGURANÇA. DECADENCIA DO DIREITO A IMPETRAÇÃO. Lei 1.533/51, art. 18. I. - Decadência do direito a impetração: quando o impetrante ingressou, administrativamente, contra o ato de demissão praticado pelo Ministro de Estado, já se esgotara o prazo de 120 dias. Ademais, proferida a decisão na via administrativa, o impetrante pediu o reexame do pleito, vale dizer, pediu reconsideração. Acontece que o pedido de reconsideração, na via administrativa, não interrompe o prazo para o mandado de segurança. Súmula 430-STF. II. - Recurso ordinário improvido' (RMS nº 21.491/DF, Relator o Ministro **Carlos Velloso**, Segunda Turma, DJ de 19/2/93).

'- Mandado de segurança. - Competência desta Corte porque a questão diz respeito a magistrados como tais (artigo 102, I, "n", da Constituição). - Procedência da preliminar de decadência. Aplicação da Súmula 430, uma vez que, no caso, o pedido de reincorporação nada mais e do que pedido de reconsideração do ato que o impetrante pretende desconstituir. Mandado de segurança não conhecido' (AO nº 165/PR, Relator o Ministro **Moreira Alves**, Primeira Turma, DJ de 12/3/93)" (fls. 498/499).

Entendo, assim, que a recorrente não apresentou fundamentos para infirmar a decisão recorrida.

Ante o exposto, reitero os fundamentos pelos quais neguei seguimento à espécie e nego provimento ao agravo regimental.

É como voto.



PLENÁRIO

EXTRATO DE ATA

AG.REG. EM MANDADO DE SEGURANÇA 28.417

PROCED. : AMAPÁ

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DO ESTADO DO AMAPÁ - AMAAP

ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)

AGDO.(A/S) : PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

AGDO.(A/S) : CONSELHEIRO RELATOR DO PCA N° 438 DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

PROC.(A/S) (ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, negou provimento ao agravo regimental. Votou o Presidente, Ministro Joaquim Barbosa. Ausente, neste julgamento, o Ministro Roberto Barroso. Plenário, 27.02.2014.

Presidência do Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Marco Aurélio, Gilmar Mendes, Ricardo Lewandowski, Cármen Lúcia, Dias Toffoli, Luiz Fux, Rosa Weber, Teori Zavascki e Roberto Barroso.

Procurador-Geral da República, Dr. Rodrigo Janot Monteiro de Barros.

p/ Luiz Tomimatsu
Assessor-Chefe do Plenário